

## O ENSINO DE ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE NOS TEMPOS DE PANDEMIA

Renato Martins Redovalio Ferreira <sup>1</sup>  
Thaís Ferreira Bigate <sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

A deficiência visual é caracterizada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) como uma limitação sensorial em vários graus e classificações (BRASIL, 2002). De acordo com Bolonhini Júnior (2004), a deficiência visual é a perda total ou parcial da visão, enquanto Díaz et al. (2009) afirmam que o termo deficiência visual apenas deve ser usado quando a pessoa tem a capacidade de ver prejudicada por fatores que limitam sua visão.

Segundo o Conselho Internacional de Oftalmologia (SIDNEY, 2002 apud ARCHANJO, 2009), a deficiência visual deve ter a seguinte nomenclatura e classificação: a) cegueira, que consiste na perda total de visão e o indivíduo precisa contar predominantemente com recursos para substituir o sentido, possuindo uma agudeza visual igual ou menor que 0,05 (20/400), no melhor olho, depois de toda correção óptica; b) baixa visão, em que há graus menores de perda de visão e a pessoa recebe ajuda de aparelhos e dispositivos de reforço da visão, cujo resíduo visual encontra-se entre 0,3 (20/60) e 0,05 (20/400); c) visão diminuída trata-se de perdas de funções visuais, como acuidade visual e campo visual; e visão funcional, que considerada a capacidade de uso da visão pelas pessoas para as atividades de vida diária.

Diante da perda da visão, há a necessidade real de que o indivíduo desenvolva certas competências que o auxiliarão a desenvolver suas atividades do cotidiano com

---

<sup>1</sup> Mestre em Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal Fluminense (UFF) - RJ, [renatoferreira8080@gmail.com](mailto:renatoferreira8080@gmail.com) ;

<sup>2</sup> Doutoranda em Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - RJ, [thaisbigate@yahoo.com.br](mailto:thaisbigate@yahoo.com.br) ;

mais autonomia e segurança. Para tanto, é preciso que a pessoa com deficiência visual aprenda técnicas de Orientação e Mobilidade (OM).

A palavra orientação significa a ação de se orientar a partir dos pontos cardeais, identificando o lugar em que se está e o ambiente ao redor. Já a palavra mobilidade significa a propriedade do que é móvel ou do que obedece às leis do movimento, e também se relaciona ao deslocamento de indivíduos, grupos ou elementos culturais no espaço social (MICHAELIS, 2009).

De acordo com Weishaln (1990, *apud* MEDEIROS et al, 2015), orientação seria o processo que se caracteriza pela utilização dos sentidos remanescentes, para determinar a própria posição, relacionando com os objetos significativos do meio ambiente; e mobilidade, como a habilidade do indivíduo de se locomover e se movimentar com segurança e conforto no meio ambiente, também utilizando seus sentidos remanescentes.

A mobilidade pode ser definida ainda como a capacidade necessária para o sujeito mover-se, podendo reagir em equilíbrio estático ou dinâmico aos estímulos internos e externos. A marcha humana é realizada por uma sequência de eventos complexos e rápidos, fator comprometido quando há a perda visual, por isso a locomoção das pessoas com a deficiência fica comprometida (MOTA, 2001). Em outras palavras, a orientação é a percepção do ambiente, saber onde se está e a mobilidade é a capacidade de se movimentar (FELIPPE, 2001).

Por Orientação e Mobilidade, o MEC (2010, p.7) conceitua em “mover-se de forma orientada, com sentido, direção e utilizando-se de várias referências como pontos cardeais, lojas comerciais, guia para consulta de mapas, informações com pessoas, leitura de placas com símbolos ou escrita para chegar ao local desejado”.

Segundo Hoffmann (1999) a Orientação e Mobilidade são processos baseados nas habilidades sociais, motoras, cognitivas e emocionais do indivíduo, que estão relacionadas às três seguintes técnicas – bengala, guia vidente e autoproteção.

- Bengala longa - habilita a pessoa com deficiência visual a locomover-se com segurança e independência em ambientes internos e externos, pode ser usada desde a infância.
- Guia vidente – é a primeira técnica a ser aprendida, por familiarizar a pessoa com os espaços físicos. Consiste da pessoa com deficiência visual ser conduzida e orientada a

caminhar por lugares por uma pessoa vidente, colocando sua mão no cotovelo do guia vidente.

- Autoproteção - possibilita a pessoa com deficiência visual a locomover-se com autonomia e segurança, em ambientes internos e conhecidos e se orientar utilizando o seu corpo. É necessário o conhecimento de seu corpo, de seus movimentos, da posição das partes dele, e domínio de conceitos relacionados a espaço, tempo, lateralidade e outros, envolvendo a interpretação sinestésica e a utilização integrada de todos os sentidos.

O objetivo geral das técnicas de OM, segundo Felipe (2001), é possibilitar à pessoa com deficiência visual movimentar-se de forma autônoma, com eficiência e segurança nos ambientes. Para isso, o indivíduo deve utilizar os sentidos remanescentes para uma locomoção segura; identificar e seguir as pistas; detectar obstáculos e pontos de referências; utilizar as técnicas básicas de Orientação e Mobilidade, mantendo uma postura agradável e confortável ao caminhar. O autor ressalta ainda que o sucesso da utilização das técnicas dependa de cada pessoa e de sua condição visual, assim como a identificação de qual a melhor técnica a ser utilizada. O autor cita ainda as seguintes técnicas para a locomoção:

- Guia vidente - tendo a ajuda de outra pessoa;
- Autoproteção – tendo como ajuda seu próprio corpo;
- Cão-guia – tendo ajuda de um animal;
- \_ Bengala longa – tendo ajuda da bengala;
- \_ Ajudas eletrônicas – tendo ajuda da tecnologia.

Esse conteúdo tão importante para alunos com deficiência visual teve que ser repensando e adaptado para o contexto de uma pandemia. O ano de 2020 foi de profundas transformadas ocasionadas pelo novo coronavírus e atingiu vários aspectos da vida humana, inclusive o educacional

Durante o ano de 2020, esse conteúdo teve que ser repensado para que estudantes com deficiência visual pudessem ter acesso ao conteúdo diante do cenário de uma pandemia.

A COVID-19 é causada pelo novo coronavírus e desde o fim do ano de 2019 vem ocasionando problemas políticos, econômicos e sociais em todo o mundo. Isso se deve ao fato da doença exigir que sejam adotadas medidas de distanciamento social. Segundo Oliveira e Souza (2020),

Dentre estes problemas, o sistema educacional merece destaque, uma vez que, em função dessa pandemia, o direito à educação tem sido abruptamente privado dos estudantes em seus mais diversos níveis de ensino, pois assim como toda a sociedade, a efeito das políticas públicas de saúde adotadas no país, estão em período de distanciamento social, evitando qualquer tipo de aglomeração, como principal medida para reduzir o contágio pelo vírus (2020, p. 16)

Durante esse período, a escola teve que se reinventar e criar mecanismos para atuar dentro de um sistema remoto de ensino, levando principalmente para o campo eletrônico e virtual todas as ações possíveis que eram realizadas presencialmente. Como mencionado, essa situação vem comprometendo o direito à educação de todas as pessoas.

Para usufruírem dos conteúdos educacionais no contexto do ensino remoto, os discentes com deficiência necessitam de conteúdos e materiais que atendam as suas especificidades físicas, emocionais e sociais.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

O trabalho realizado com as técnicas de OM foi prejudicado, devido às suas características que demandam encontros presenciais entre professor e estudante e a necessidade de instruções por meio do tato. O público-alvo desses encontros foram alunos adultos de um programa de reabilitação desenvolvido em uma escola especializada no ensino de pessoas com deficiência visual. Visando minimizar o prejuízo funcional ocasionado pelo isolamento social, resolveu-se propor uma atividade semanal remota, em que fossem abordados temas importantes para o cotidiano dos discentes, relacionados à saúde, ao corpo, ao movimento e à qualidade de vida

Os temas abordados foram: O que é Orientação e Mobilidade; Educação física no processo de reabilitação da pessoa com deficiência visual; Orientação para o convívio com pessoas cegas; O que é reabilitação?; Oito aspectos psicológicos da perda de visão; O que é Deficiência Visual; Mapa mental; Cão – guia; Bengala-longa; O que são sentidos remanescentes.

Nesses encontros foram aplicadas atividades síncronas e assíncronas através do *Whatsapp* (aplicativo também usado para troca de mensagens, comum entre os alunos e familiares). Também foi acordado entre professor e aluno que, caso algum deles não

conseguisse acessar o aplicativo por algum motivo, seria realizada chamada telefônica individual, com o objetivo de acessibilizar o conteúdo criado pelos professores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apontam que o conteúdo teórico sobre Orientação e Mobilidade pode ser trabalhado com os alunos com deficiência visual no contexto do ensino remoto. Alguns dos estudantes atendidos não conseguiram participar das aulas síncronas via *Whatapp* e nem acessar o material elaborado para as aulas assíncronas, o que de certa forma foi sanado pelo contato via ligação telefônica realizado pelo professor. Esse fato ocorreu devido à falta de prática com as ferramentas digitais ou pela falta de acesso a internet.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia resignificou as práticas pedagógicas e fez com que profissionais buscassem meios para dar continuidade a vida escolar e minimizar os prejuízos causados pelo isolamento social. Os encontros síncronos e assíncronos não puderam substituir o que é trabalhado de forma presencial, mas possibilitou que os alunos mantivessem contato com informações que são indispensáveis para futura aprendizagem das técnicas de OM. É necessário que novos meios de comunicação com os alunos sejam estabelecidos e que políticas públicas sejam implementadas para que todos tenham acesso a ferramentas digitais e a internet de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ARCHANJO, Vânia W. **Deficiência visual**: entre esclarecimentos e reflexões. 2009.

BOLONHINI JUNIOR, Roberto. **Portadores de necessidades especiais**: as principais prerrogativas e a legislação brasileira. São Paulo: Editora Arx, 2004.

BRASIL. Portaria nº 2.678, de 24 de setembro de 2002a. Considerando o interesse do Governo Federal em adotar para todo o País uma política de diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de aplicação, compreendendo especialmente a Língua Portuguesa. Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www.cmconsultoria.com.br/legislacao/portarias/2002/>>



por20022678MEC.pdf> Acesso em: 17 jul. 2021.

DÍAZ, Félix et al. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. 2009.

FELIPPE, João Álvaro de M. **Caminhando juntos**: manual das habilidades básicas de orientação e mobilidade. São Paulo: Laramara, 2001.

GAMBARATO, Viviane T. S.; BATISTA, Ana Paula; GIANDONI, Larissa de S. **Uso de tecnologias assistivas na educação superior tecnológica**. 2012.

HOFFMANN, Sonia B. **Benefícios da orientação e mobilidade** – estudo intercultural entre Brasil e Portugal. Revista Benjamin Constant. Rio de Janeiro, ano 5, n. 14, p. 11-16, dez. 1999.

MEDEIROS, Luana A. ACIOLY, Angélica de S. G. SILVA, Renato F. L. **Design inclusivo** - uma proposta de produto para auxiliar a locomoção da criança deficiente.

MICHAELIS: **Dicionário Escolar Língua Portuguesa**- Nova Ortografia conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 2009.

MOTA, Maria Glória B. **Orientação e mobilidade**: conhecimentos básicos para a inclusão da pessoa com deficiência visual. Brasília: MEC, 2003.

OLIVEIRA, H. V.; SOUZA, F. S. **Do conteúdo programático ao sistema de avaliação**: Reflexões educacionais em tempos de pandemia (COVID-19). Boletim de Conjuntura. Boa Vista, vol. 2, n. 5, 2020, p. 15-24.